

Norma provisória deve ser votada ainda hoje

A Assembléia Constituinte deverá votar hoje, a partir das 14 horas, o conjunto de normas provisórias que vai regulamentar o seu funcionamento até a elaboração do texto do seu regimento interno, que deverá ser concluído até o dia 24. O exame da matéria deveria ser feito ontem, mas foi adiado devido ao grande número de emendas apresentadas à proposição original.

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, tem procurado apressar a votação das normas provisórias para que os trabalhos constitucionais tenham um mínimo de ordenação. Ulysses pretendia, inclusive, que a proposta fosse aprovada na sessão de terça-feira passada, mas vem encontrando dificuldades para agilizar a votação da matéria.

O início da tramitação do projeto de regimento comum está dependendo da implantação das normas provisória. É possível, com a demora na votação das normas preliminares, que a conclusão do regimento comum também sofra um atraso e ultrapasse o prazo inicialmente estabelecido.

Ulysses Guimarães reservou a sessão de ontem para que os constituintes apresentassem emendas à proposta de normas provisórias; enquanto isso, as lideranças se revezavam na tribuna a fim de ocupar o tempo destinado à discussão da matéria. O que se verificou, no entanto, foram pronunciamentos sobre as posições de cada bancada partidária na Constituinte.

O destaque da sessão ficou para a proposta do deputado Maurilio Ferreira Lima (PMDB-PE), que visa alterar artigos e capítulos da atual Constituição. A proposição do deputado dividiu o plenário entre os que defendem poderes absolutos para a Constituinte e os que acham que a Assembléia deve se limitar a elaborar a nova Carta.

Ao se abrir a sessão, havia apenas 420 constituintes presentes à Casa, mas em plenário este número não chegava a 100. A deputada Cristina Tavares (PMDB-PE) pediu a palavra para reclamar da dificuldade que estava encontrando para viajar ao seu estado de origem. Ela pediu que os constituintes tivessem prioridade, pelo menos na vinda dos estados para Brasília. "Estou pessoalmente impedida de ir a Pernambuco até depois do Carnaval, quando se sabe que há uma espécie de tráfico de influência nisso, que as companhias de turismo estão coordenando. Estão cobrando ágio, que está em moda hoje", queixou-se Cristina.